

## **Elaboração de materiais de referência para a gestão ambiental em municípios: orientações técnicas e bases legais ao licenciamento municipal de atividades de gestão de resíduos sólidos no Rio Grande do Sul**

Nataly Salvatierra Sodré<sup>1,2</sup>, Kátia Helena Lipp-Nissinen<sup>1</sup> (orient.)

<sup>1</sup>Divisão de Laboratórios, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), <sup>2</sup>Universidade Luterana do Brasil; natalyssodre@gmail.com; katiahl@fepam.rs.gov.br.

A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) qualificou e deu rumos à discussão sobre a gestão dos resíduos. O licenciamento ambiental é um dos seus instrumentos visando à prevenção de potenciais danos resultantes da inadequada disposição e destinação final dos resíduos. No Rio Grande do Sul (RS), o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) define em Resoluções os ramos de atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento no Estado. Atualmente, a Resolução CONSEMA N.º 372/2018 dispõe sobre esses ramos, destacando aqueles considerados de impacto local, cujo licenciamento é de competência dos municípios. Com esta nova resolução, verificou-se a necessidade de maior harmonização de padrões procedimentais entre o Estado e os municípios, bem como a capacitação desses últimos frente às novas atribuições. Neste trabalho, portanto, objetiva-se elaborar um documento, na forma de um guia ou manual técnico, que auxilie na padronização e divulgação dos procedimentos de licenciamento no âmbito da competência municipal. Ampliando um diagnóstico inicial, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre os itens requeridos no licenciamento de atividades relativas à gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Sólidos Industriais. Através de reuniões com analistas ambientais da FEPAM foram obtidas sugestões e complementações aos dados levantados. A partir da pesquisa, está sendo elaborado um guia de referência para o licenciamento das atividades associadas a triagem, tratamento e destinação final, beneficiamento, armazenamento, e processamento de resíduos. No guia constam definições, classificação dos resíduos e legislações aplicadas, dentre as quais resoluções e portarias estaduais. Também foram compiladas, em um conjunto de orientações técnicas gerais e específicas, as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as diretrizes técnicas, condicionantes ambientais e restrições aplicadas pela FEPAM. Apresentam-se, ainda, orientações a serem consideradas pelos municípios quanto à logística reversa. Na sua continuidade, será acrescentado conteúdo similar referente à destinação dos resíduos de criações animais confinados. O produto deste trabalho será revisado e validado tecnicamente e, posteriormente, organizado em uma publicação da FEPAM a ser divulgada em meio eletrônico e impresso. Por fim, espera-se que a publicação possa contribuir à gestão adequada de resíduos sólidos em municípios.

Apoio: PIBIC-CNPq/FEPAM